3.2

Humboldt e a tarefa do historiador.

Wilhelm von Humboldt nasceu em 1767, em Potsdam, irmão mais velho do geógrafo Alexander von Humboldt. Sua vida foi marcada pela inserção no Estado prussiano como diplomata, atuando em Roma, Paris, Londres e Viena. Em tais oportunidades pôde dedicar-se ao estudo das civilizações antigas e, principalmente, à filologia. Em 1790 Humboldt conheceu Schiller, estabelecendo uma amizade duradoura e logo depois foi apresentado a Goethe, com quem se comunicava freqüentemente. Seu primeiro ensaio político foi finalizado em 1792, mas *Os Limites da Ação do Estado* somente foi publicado em 1851. Contudo, sua maior felicidade foi a criação da Universidade de Berlim, em 1810. Seus comentadores afirmam que este foi o momento mais feliz de sua vida.

Em 1819, com a esperança de elaborar uma Constituição para a Prússia, Humboldt compôs o ministério de Metternich, ocupando-se da pasta do Interior. Frustrada sua intenção, em 1819, ele se afastou da burocracia estatal, obtendo tempo suficiente para dedicar-se aos estudos. No ano de 1821, publicou o artigo “*Sobre a Tarefa do Historiador*”. Humboldt morreu no dia 8 de abril de 1835.

Georg Iggers afirmou que Humboldt foi o responsável pela consolidação do historicismo alemão e suas palavras inauguraram o novo pensamento contra o racionalismo ilustrado. Entretanto, Humboldt ainda preservava em sua formação intelectual muito daquilo que estamos denominando pela forma generalizadora de *Iluminismo*. Traços de naturalismo podem ser encontrados em seus escritos de juventude, no tratamento da questão da linguagem e em sua teoria do Estado. Sigfredo Kaehler afirmou que sua postura assemelhava-se ao Jano bifronte, ora buscando uma solução racionalista, ora tendendo para o tratamento histórico do problema.¹

Do Aufklärung Humboldt herdou diretamente as idéias de Leibniz, Lessing e Kant, com o qual dialogou em toda a sua obra, especialmente em sua tentativa de efetivar uma *crítica da razão histórica*, feito não realizado por Kant. Ele também não

¹ KAEHLER, Sigfredo. Introdução. In: HUMBOLDT, W. **Escritos Políticos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, p 38.

se manteve imune às influências do *Sturm und Drang*, principalmente por causa de sua estreita amizade com Schiller e Goethe. O pietismo de Herder e Hamann também deixaram marcas em sua formação. Racionalismo e relativismo, lado a lado, formaram o seu pensamento e o direcionaram a uma reflexão a respeito do papel da história na vida dos homens e o devir da humanidade. Em *Sobre a tarefa do historiador*, veremos um intelectual mais maduro, que pensa a história a partir do empirismo, mas, para além dele, até a concepção de um saber constituído pela historicidade do observador e do observado.

O conjunto da obra intelectual de Humboldt abarca escritos políticos, estudos sobre a linguagem e um solitário artigo sobre o ofício da história. Embora não tenha sido um historiador de profissão ou um erudito no campo da história, a questão do historicismo era tão eminente em seu tempo, que Humboldt foi afetado de alguma forma pela discussão dessa nova concepção do pensamento histórico. Talvez o texto sobre a tarefa do historiador escrito por um diplomata que dedicou sua vida a estudar a política e a linguagem seja o melhor referencial para pensar o historicismo não apenas como um problema para o estudo da história, mas para a compreensão do mundo intelectual na transição do século XVIII para o século XIX.

Humboldt não chegou a arquitetar um sistema político. Nem sistematizou uma conduta política, tal como em *O Príncipe*, por exemplo.² Talvez por esse motivo, a influência de Humboldt na teoria e na prática estatal de sua época tinha sido praticamente nula; um outro elemento relevante era o seu liberalismo, que se chocava com os interesses do Estado prussiano. Assim sendo, sua teoria do Estado só foi apropriada posteriormente. Sigfredo Kaehler, em introdução aos *Escritos Políticos*, afirmou que, mesmo quando analisava o Estado, o tema principal da investigação de Humboldt era o homem. Não raro, quando escreveu a respeito dos limites do Estado, ele afirmou que “a investigação dos limites da ação do Estado, que nós propomos como importante, haverá de conduzir necessariamente – como é fácil antecipar – a uma liberdade superior de forças e a uma maior variedade de situações”.³ Mais adiante Humboldt esclareceu que tal liberdade pertencia aos homens, indivíduos atuantes,

² Idem, p. 20.

³ HUMBOLDT, W. **Escritos Políticos**. Op. cit. P. 89.

construtores da cultura. O Estado moderno e seu apelo ao valor da *nação*, de acordo com ele, tinha aumentado suas esferas de interferência na vida cotidiana e de coerção do cidadão, “impõe como leis suas idéias concretas e sufocam a energia, que é como a fonte de toda virtude ativa e a condição necessária para que o homem possa desenvolver-se, adquirindo uma cultura elevada e múltipla”.⁴

O núcleo do interesse intelectual de Humboldt consistia no homem e seu desenvolvimento no mundo da cultura. No tocante ao Estado, cabe-lhe garantir as melhores condições para a sobrevivência coletiva, porém sem tolher as individualidades e o seu poder criativo. O Estado não poderia ser confundido com a sociedade civil, pois esta consistia em um pluralismo de grupos, dotados de individualidade, enquanto o Estado era marcado pela coerção e pela concentração de poder.⁵ Ao Estado estava reservada a administração do território e o monopólio das leis. No entanto, mesmo a Constituição deveria assentar-se em critérios que considerassem as particularidades do processo histórico formador de um determinado povo, bem como as especificidades de sua vida cultural.

O dilema enfrentado por Humboldt consistia na realização de um Estado que pudesse conjugar a unidade e a diversidade, promovendo o crescimento da nação sem comprometer a variedade de individualidades. Tal como Kant afirmava que o homem deveria superar o seu estado de tutela, Humboldt também afirmou que a liberdade de pensamento era condição *sine qua non* para o desenvolvimento da humanidade. E Humboldt asseverava que, “freedom is undoubtedly the indispensable condition, without which even the pursuits most congenial to individual human nature can never succeed (...). Whatever does not spring from a man’s free choice, or is only the result of instruction and guidance, does not enter into his very being, but still remains alien to his true nature ”.⁶

A preocupação com o homem e seu desenvolvimento cultural, entendido como amadurecimento das capacidades humanas, também esteve presente em sua teoria da linguagem, expressa mesmo no longo título de seu ensaio *Sobre a diversidade da*

⁴ Idem, p. 92.

⁵ IGGERS, Georg. Op.cit., p. 45.

⁶ HUMBOLDT, W. **The Limits of State Action**. Editado por J.W. Burrow. Indianapolis: Liberty Fund, 1993, p. 23.

estructura da linguagem humana e sua influência sobre o desenvolvimento espiritual da humanidade.

Todavia, José Maria Valverde assinalou que, em suas primeiras reflexões sobre o tema, Humboldt apresentava uma postura naturalista, como em *Sobre o estudo comparativo lingüístico em relação com as diversas épocas da evolução da linguagem*, ensaio no qual afirmou que “el lenguaje no podría ser inventado, si su arquetipo no estuviera ya pre-existente en la mente humana” e que “se puede llamar al lenguaje *instinto intelectual* de la razón”.⁷ Neste momento, para Humboldt, a linguagem era inerente ao homem; sendo uma necessidade da natureza humana, ela seria anterior à vida social, pois sua origem estaria na razão e no poder auto-criador. Contudo, a linguagem sempre pressupõe um “tu”, mesmo que este seja um “tu mesmo”, observa Valverde, e mais tarde Humboldt dirá que “hay, pues, en la esencia original del lenguaje, un inmutable dualismo, y la misma posibilidad de hablar está determinada por la interpelación y la respuesta”.⁸

A partir da linguagem o espírito humano seria capaz de realizar e desenvolver seu pensamento para além da comunicação. A linguagem é a própria expressão do espírito, não apenas em sua função intelectual, mas como representação de sua individualidade e originalidade. Humboldt afirmou que a diversidade lingüística e a divisão dos povos eram um indício da atividade criadora da humanidade e, assim sendo, a linguagem exercia um papel primordial na formação de cada povo. Senão, vejamos o que ele nos diz: “la estructura lingüística de un pueblo y su peculiaridad espiritual están tan internamente fundidas que, dada una de las dos, se podría deducir la otra. La lengua es como la manifestación exterior del espíritu de los pueblos; su lengua es su espíritu, y su espíritu su lengua”.⁹

Tendo visto a importância que Humboldt conferiu à linguagem para a constituição da individualidade dos povos, vejamos agora o que ele pensava a respeito da especificidade dos homens e seu papel na história. Um dos aspectos centrais da concepção humboldtiana de história consiste na afirmação do homem como ser

⁷ HUMBOLDT, W. Apud: VALVERDE, José Maria. **Guillermo de Humboldt y la filosofía del lenguaje**. Madrid: Editorial Gredos, 1955, p. 20.

⁸ VALVERDE. Op.cit., p. 33.

⁹ HUMBOLDT, W. Estructura del lenguaje y evolución espiritual del hombre. IN: VALVERDE. Op. cit., p. 99.

histórico. O reconhecimento da historicidade humana lhe garantiu um considerável distanciamento em direção ao naturalismo ilustrado. Ao enunciar o pertencimento histórico de todas as coisas, ele negava a idéia da imutabilidade da natureza do homem e da existência de uma razão supra-temporal. Desse modo, o indivíduo originário desse novo conceito de homem adquiriu maior poder de ação sobre a história e, uma vez solto das amarras do determinismo e reconhecida sua individualidade, ele pôde gozar do livre arbítrio e criar por si próprio o caminho a trilhar. Mas o reconhecimento do enraizamento histórico do homem também apresenta outras implicações: há o risco de que no lugar do determinismo naturalista, levante-se um determinismo histórico, isto é, uma interpretação demasiadamente rígida da idéia de pertencimento, que, levada ao limite, mais uma vez retiraria do indivíduo o poder de ação/criação sobre a história.

Humboldt apresentou em sua idéia de história uma crítica severa à teleologia, especialmente à teleologia progressista do Iluminismo. Contra este engessamento da história, provocado por uma estipulação prévia de seu desfecho, Humboldt defendeu, assim como Kant, a liberdade dos acontecimentos, de maneira que ficasse reservado ao homem a tarefa de construir o futuro: o devir humano não tem meta, ele mesmo é o seu propósito e objetivo.

Sobre a Tarefa do Historiador pode ser entendido como uma tentativa de responder à crítica kantiana da história. Talvez possamos dizer que Humboldt pretendia oferecer aquilo que Kant não realizou – ou pelo menos não por completo – uma *crítica da razão histórica*. Humboldt criticou a história filosófica, pois ela não permitia pensar a singularidade dos períodos históricos e dos seus sentidos para os homens que a experimentavam, na medida em que entendia que todo e qualquer momento da história obedecia a uma finalidade suprema e soberana dos destinos. Segundo tal crítica, a realização da história no futuro esvaziava o valor do entendimento do passado. O projeto de Humboldt, no entanto, consistia em pensar o fazer historiográfico a partir da idéia de liberdade.

Jean Quillien destacou que um dos problemas centrais do único artigo de Humboldt sobre a história era a articulação entre *necessidade e liberdade*, entre aquilo que condicionava o que há de imutável na natureza humana e a capacidade humana de

criar o seu próprio destino.¹⁰ Quillien afirmou que a publicação deste artigo foi bastante surpreendente, uma vez que Humboldt, há tempos, ocupava-se com assuntos políticos e com o estudo da linguagem e, além disso, não praticava o ofício para o qual propunha uma consideração. Mas, embora sua publicação tenha permanecido esquecida pelos anos que a sucederam, sua influência sobre a historiografia alemã é incontestável, principalmente através de Ranke. O historiador francês nos diz que o artigo

“fait partie de ces textes qu’on ne lit plus mais qu’on cite toujours et qui continuent pourtant à agir, d’une manière en quelque sorte souterraine [e que] ce n’est rien moins que le texte fondateur de l’histoire comme science, le premier travail théorique conséquent pour arracher la connaissance historique à la philosophie de l’histoire, la constituer en discipline autonome et instituer par suite un rapport nouveau entre histoire et philosophie”.¹¹

Quillien ponderou que, se por um lado, a publicação de *Sobre a Tarefa do Historiador* reservava um caráter surpreendente, em outra medida o artigo não era fruto de uma inspiração repentina do autor. Pelo contrário, era resultado do amadurecimento das idéias históricas que desde o início penetraram no pensamento de Humboldt e incidiram sobre toda sua obra, por meio da idéia central de que o homem é um ser essencialmente histórico.

Uma revolução no pensamento histórico, tal qual a promovida por Kant na teoria do conhecimento, assim *Sobre a Tarefa* foi qualificado por Quillien – o texto fundador da história como uma ciência humana. Ao deslocar o foco da história para o historiador, Humboldt afirmava o papel do historiador como sujeito da escrita e construtor dessa história, pois seria a partir da prática efetiva do historiador que poderíamos dizer o que a história é.

E para Humboldt o trabalho do historiador compreendia duas atitudes: uma metódica e empírica e outra criativa e artística. A investigação do objeto, o fato histórico, abrangia a dimensão científica do ofício: a coleta de fontes e sua crítica. Já a

¹⁰ QUILLIEN, Jean. Introduction. In: HUMBOLDT, W. **La tâche de l'historien; Considérations sur l'histoire mondiale; Considérations sur les causes motrices des l'histoire mondiale** (introduction de Jean Quillien). Villeneuve d'Ascq: Press Universitaires de Lille, 1985, p. 18.

¹¹ Idem, p. 10.

organização dos dados coletados e a interpretação de seu significado exigiam do historiador mais do que uma postura objetiva: para compreender a história ele deveria agir como um artista, utilizando-se de sua imaginação para iluminar aquilo que não está dito nos documentos e que somente um sujeito histórico poderia [re]construir. Todavia, persistia a questão: sob quais condições seria possível estabelecer uma ciência histórica? Sem dúvida, a história não poderia ser confundida com a arte, pois o seu ideal é sempre a verdade,

“La visée essentielle de l’historien n’est pas de produire une oeuvre belle, comme l’artiste, mais une oeuvre vraie. Une réflexion sur l’histoire ne peut, par suite, échapper à la question décisive, celle de la correspondance entre l’objet appréhendé, construit par le discours de l’historien et la réalité effective, ce qui a eu lieu indépendamment de la conscience historique ”.¹²

Quillien afirmou que Humboldt foi o primeiro pensador a articular a história objetivista, que se pretendia neutra, e o subjetivismo histórico que valorizava a historicidade e a interpretação. Humboldt não nos forneceu em seu trabalho a história – narrativa sobre o passado – mas nos ofereceu a base científica e filosófica do ofício do historiador, sua tarefa enunciada.

Duas das principais características do historicismo alemão consistiam na valorização da individualidade do homem, dos povos e das experiências históricas e na concepção da história como um devir dotado de dinamismo e liberdade, comumente expresso por um determinado conceito de evolução.

O reconhecimento da individualidade enquanto categoria intrínseca a todo ser histórico evidenciava uma negação do naturalismo setecentista e da idéia de imutabilidade da natureza humana, bem como da concepção progressista da história e sua linha de desenvolvimento idêntica para todos os povos. Foi através desta nova concepção, já presente em intelectuais do século XVIII, com Herder e até mesmo Montesquieu, que o pensamento alemão se distinguiu radicalmente da acepção quantitativa da idéia de evolução e avançou para uma compreensão do movimento da história como um amadurecimento das singularidades: a individualidade não denotava

¹² Idem, p. 24.

apenas aquilo que era específico, mas o que havia de original em cada ser e em cada experiência histórica, asseverando a impossibilidade de prever a história ou estabelecer leis sobre seu desenvolvimento.

Podemos encontrar em toda a obra de Humboldt referências a tal valorização da individualidade. No estudo da linguagem, tal idéia era imprescindível para que ele pudesse conceber a diversidade lingüística e seu valor para a humanidade. Segundo ele, a linguagem em sua singularidade, era a expressão do espírito do povo. Também no tratamento da problemática do Estado lhe foi muito importante considerar que o governo não poderia exercer uma ação uniformizadora, sob o risco de liquidar a riqueza e a variedade cultural. Por essa razão, o Estado deveria garantir a liberdade aos indivíduos.

Foi exatamente investigando os limites da ação do Estado que Humboldt deparou-se com o seguinte dilema: o homem não pode ser totalmente individual, nem mesmo totalmente universal, pois não pode existir individualidade fora da vida coletiva e, mesmo vivendo em comunidade, o homem preserva suas características particulares. Por fim, ele acabou elegendo um caminho intermediário que supunha a universalidade da vida social, mas defendendo veementemente a necessidade do particular.

Em *Sobre a Tarefa do Historiador*, Humboldt nos dizia que “o mistério de toda existência se encontra na individualidade”¹³ – o seu poder criador fornecia a força ao movimento da idéia e que era por meio de seu ímpeto a cultura se desenvolvia. A ação humana sempre revelava algo de original. Mesmo após a investigação das causas que determinaram o acontecimento, sempre podemos nos surpreender com a capacidade do homem de engendrar o novo. Sobre o poder inovador da originalidade das nações ele asseverou:

“mesmo no meio de eventos guiados pela necessidade, paixão e aparente contingência, o princípio espiritual da individualidade age de maneira mais poderosa do que os elementos supracitados; no meio da necessidade, da paixão e do acaso o princípio espiritual procura espaço para a idéia que neles habita, e o faz com sucesso, assim como

¹³ HUMBOLDT. W. Sobre a Tarefa do Historiador. In: **Anima**. Ano 1, número 2, 2001, p. 88.

o crescimento orgânico da planta mais delicada é capaz de romper seus recipientes, a despeito da resistência da ação dos séculos”.¹⁴

Jean Quillien assinalou que Humboldt entendia a individualidade como o fator último da história e que, para a perfeita compreensão de uma época histórica, fazia-se necessária a consideração de sua singularidade, daquilo que a diferencia do seu passado e do período que a sucedeu, sem submetê-la a uma etapa do progresso universal, mas entendendo-a como única, como algo experimentado apenas uma vez. A história assim pensada permitia aos homens ascender da condição de simples instrumentos de seu progresso para a de construtores de seu desenvolvimento.

Em *Sobre a diversidade da estrutura da linguagem humana* Humboldt enunciou de forma bastante clara a relação entre a individualidade e a evolução histórica ao assegurar que é a força, do espírito em sua plenitude interior, impondo direcionamento ao curso das coisas do mundo. Pois, este seria o verdadeiro dirigente da evolução da humanidade que, encoberta em mistérios, somente é revelada frente ao impulso deste espírito criador. A virtude deste espírito consistia em que sua ação era sempre inesperada e imprevisível, escapando à pretensão de antecipá-la ou antevê-la.¹⁵

A concepção da história como um movimento dotado de força dinâmica e que nem poderia ser enunciado sob nenhuma lei racional nem controlado totalmente pelos homens, é aqui expresso pelo conceito de *evolução*. A idéia de evolução histórica adotada por Humboldt não diz respeito àquela utilizada pelo darwinismo e, posteriormente, pelo positivismo. Quando falava da evolução da humanidade, Humboldt não pretendia expressar o movimento linear, cujos vértices deslocam-se do menos desenvolvido para o mais desenvolvido, conjurando ao fim de sua trajetória o ápice do aperfeiçoamento dos homens. Ao falar em evolução, Humboldt deixava transparecer uma preocupação com a educação e o amadurecimento da humanidade. A evolução da história não consistia em sua marcha para o progresso, como o era, por exemplo, para Condorcet, mas no aperfeiçoamento das singularidades. Ao pensar em

¹⁴ Idem, p. 88

¹⁵ HUMBOLDT, W. **Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad**. Barcelona: Anthropos; Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 1990, p. 35.

evolução, Humboldt tencionava afirmar que a história possuía um sentido, por mais que esse não fosse revelado aos homens, e que o seu devir era também a sua realização.

Segundo ele, o bom historiador deveria investigar os fatos para demonstrar como cada evento fazia parte de um todo vivo e orgânico, através do qual dava forma à história, assim como cada acontecimento particular estava impregnado desta mesma história.

O destino da história não se pode antecipar, mas Humboldt não nega a existência de uma força que a orienta e direciona. Senão vejamos,

“o número de forças criadoras na história não se esgotam naquelas que aparecem imediatamente nos eventos. Mesmo quando o historiador examina todas as especificidades e suas respectivas inter-relações (...) ainda assim restará algo cuja atuação é mais poderosa, que não se mostra imediatamente, mas que atribui a cada força um princípio que as impulsiona e orienta: são **as idéias** [grifo meu], que, de acordo com sua própria natureza, situam-se fora do círculo da finitude, mas que organizam e dominam a história mundial em cada uma de suas partes”.¹⁶

São as idéias e sua duração ao longo do tempo que garantem a inteligibilidade do fluxo histórico. A transmissão das idéias e a sua vitalidade possibilitam a conexão entre passado, presente e futuro. A evolução da história nada mais é do que o percorrer das idéias pelo tempo, sem que seu caminho possa ser desvendado por uma observação lógica. A história da humanidade, nesse sentido, confunde-se com a história das idéias que interpelam os homens e resistem ao tempo, seja para em algum momento perecer, seja para continuar a caminhada.

“A idéia se expressa então de duas maneiras; primeiramente como uma direção que em seu movimento gradual que, de início, ao se mostrar invisível, depois visível e ao fim irresistível, acaba englobando muitas particularidades em lugares diferentes e sob condições diversas; e, depois, como produção de forças que não podem ser deduzidas em todo o seu escopo e majestade pelas circunstâncias que a acompanham”.¹⁷

¹⁶ HUMBOLDT. W. Sobre a Tarefa do Historiador. Op.cit., p. 87.

¹⁷ Idem, p. 87.

Quillien destacou que a *idéia* ocupava lugar fulcral no entendimento da história para Humboldt. Ela era a responsável pela evolução histórica e também a única forma de compreensão do passado. As idéias são toda a formação cultural e intelectual dos povos, a forma como pensam si mesmos e o mundo, como se relacionam com a vida e a história. Mas a idéia é uma energia cega; impulsiona, mas não mostra o caminho.

Humboldt iniciou *Sobre a Tarefa do Historiador* de maneira bastante incisiva: “a tarefa do historiador consiste na exposição dos acontecimentos”.¹⁸ Com essa assertiva, ele pretendia ressaltar a importância dos estudos dos fatos históricos, inventados pelo trabalho dos antiquários, afirmando que o historiador não poderia prescindir do conhecimento das fontes, pois acreditava que o conjunto dos sinais empíricos conferiam sentido à *personalidade* dos povos ao revelarem sua caracterização. No entanto, para além da defesa da pesquisa empírica, Humboldt lançava uma contundente crítica à filosofia da história francesa, lembrando-a de que não é possível efetivar o ofício desta disciplina sem o trato dos acontecimentos.

Todavia, o fato histórico não é a história. Para que os fatos isolados transformem-se em uma *história* é necessário conectá-los através da interpretação. O acontecimento só é parcialmente visível; aquilo que não podemos ver deve ser intuído e deduzido. O passado apresentava-se estilhaçado; caberia ao historiador organizá-lo e esclarecer o particular de maneira a revelar o todo. A análise das fontes nos forneceria o material da história, mas nunca a história em si.

“A verdade do acontecimento baseia-se na complementação a ser feita pelo historiador ao que acima chamamos de parte invisível do fato. Visto por este lado, o historiador é autônomo, e até mesmo criativo; e não na medida que produz o que não está previamente dado, mas na medida que, com sua própria força, dá forma ao que realmente é, algo impossível de ser obtido sendo meramente receptivo”.¹⁹

Caso o trabalho do historiador seja limitado à coleta das fontes, sua tarefa estará mal realizada; a segunda etapa deste ofício é ainda mais importante do que a primeira. O historiador não é apenas receptor de conhecimento, mas também produtor, como nos

¹⁸ Idem, p. 79.

¹⁹ Idem, p. 80.

disse Humboldt. É imprescindível à história a alma do historiador, sua imaginação e criatividade. Humboldt convocava o historiador a usar a imaginação, tal como o poeta, porém ponderou que no trabalho do historiador a imaginação deveria ser subordinada à experiência e à investigação da realidade. Por esse motivo, ele acreditava que deveríamos falar em “faculdade de intuição” e “dom de estabelecer conexões”. Dessa maneira, cruzar-se-iam os dois caminhos obrigatórios à tarefa do historiador: a fundamentação objetiva na crítica dos acontecimentos e a articulação dos resultados da pesquisa através da imaginação do historiador. “Aquele que segue somente o primeiro caminho ignora a essência da própria história, e quem o despreza corre o risco de falsificar as particularidades”.²⁰

Dessa posição podemos perceber uma dupla valorização da história. Em primeiro lugar, uma valorização do fato histórico como registro da história acontecida. Humboldt ressaltou a importância do trabalho reservado aos antiquários até o século XVIII. Também não podemos deixar de pontuar o traço empirista dessa valorização que enunciava a história como uma ciência cujo objeto não pode ser observado, mas, verificado. Em segundo lugar, a valorização da história enquanto experiência, pois, ao dotar o historiador de poder intuitivo de construção da história, Humboldt apostava no potencial de sua historicidade para compreender o que também é histórico. Acreditava que somente um ser imerso na história poderia compreender o seu devir, uma vez que ambos continham a mesma essência: o tempo. Georg Iggers assinalou que a concepção humboldtiana de história pressupunha o observador não apenas dotado de suas faculdades racionais, mas da totalidade de sua personalidade e em sua unicidade. Vejamos o que Humboldt nos diz:

“A tarefa do historiador terá tanto mais se aproximado da perfeição, quanto mais profunda for, através do gênio e do estudo, a sua compreensão da humanidade e suas ações, ou quanto mais humana for a sua disposição junto à natureza e às circunstâncias, ou ainda quanto mais pura sua humanidade puder fluir”.²¹

²⁰ Idem, p. 80.

²¹ Idem, p. 81.

História é alma, é vida ativa. Por esse motivo Humboldt insistia que ela não poderia dar lições, nem ensinar sobre o futuro. Não poderia ser desvendada por leis racionais, pois a lógica da vida é dinâmica e sofre a imediata ação dos homens em seu *vir-a-ser*. Porém, ele não encerrou a possibilidade de o historiador compreender os percursos do devir histórico. Em sua opinião, há uma força que move a história e lhe empresta o seu contorno:

“Todo esforço espiritual que age sobre a totalidade do homem possui algo que pode ser denominado seu “elemento”, sua força ativa, o mistério de sua influência sobre o espírito(...) O elemento, em que se move a história, é o sentido para a realidade, e nele se encontram o sentimento da transitoriedade da existência no tempo e ainda a dependência em relação às causas passadas e simultâneas; a tais sentimentos se contrapõem a consciência da liberdade espiritual interna e o conhecimento racional de que a realidade, a despeito de sua aparência contingente, articula-se por uma necessidade essencial”.²²

Isso quer dizer que necessidade e liberdade enfrentam-se cotidianamente a cada passo da humanidade, compondo a realidade de sua história. Para Humboldt, o historiador deveria colocar-se no mesmo movimento desta realidade, expondo cada evento como pertencente ao todo, formando a história em sua narrativa. Para que seu trabalho seja legítimo, o historiador deveria ser preciso na exposição dos fatos, separando o necessário do contingente e escrevendo a história como imitação do real, mimesis da forma verdadeira.

Mas a maneira mais eficaz de manter-se em contato com a realidade da história é através das *idéias*, “entende-se por si mesmo que as idéias provêm do próprio seio dos eventos, ou, para dizer de modo mais preciso, provêm do espírito através da consideração dos eventos a partir de um sentido autenticamente histórico”.²³ As idéias não são apreendidas da história, elas são a própria história. São aquilo que permeiam o espírito e alcançam as gerações. Há aqui uma valorização da idéia de *tradição*, não com a conotação pejorativa de apego ao passado, mas como fluxo histórico, assim como Gadamer desenvolveu muito tempo após a publicação de *Sobre a Tarefa do*

²² Idem, p. 81.

²³ Idem, p. 84.

Historiador. Tradição como composição do devir histórico, como movimento dinâmico da história da humanidade. Humboldt nos disse que qualquer idéia transformada em matéria e não mais elemento do espírito, isto é, não re-apropriada pelas gerações seguintes não mais faria parte da história. A tradição garantia a vivacidade das idéias e também as assegurava a sua legitimidade, o caráter de verdade frente àqueles que reconhecem tal tradição. Por meio da tradição, as idéias constituem a história, revelando, até certa medida, a articulação entre tempo e espaço e a vida humana.

A partir dessa concepção de tradição, Humboldt pôde pensar a evolução da humanidade como um movimento de amadurecimento das idéias e desenvolvimento das características próprias a cada individualidade, e não como um progresso linear universal. Também por isso criticava a filosofia da história francesa que supunha um tólos pré-determinado cuja meta deveria ser inexoravelmente alcançada pelo homem.

“A filosofia dita um objetivo aos eventos, e assim esta busca por causas finais, sejam elas deduzidas da essência da natureza ou do próprio homem, perturba e falsifica toda visão livre sobre a ação própria das forças. A história teleológica jamais alcança a verdade viva dos destinos do mundo, porque, afinal, o indivíduo sempre precisaria encontrar o seu apogeu dentro do limite de sua existência transitória, não conseguindo de maneira alguma incorporar à vida o que seria o objetivo final dos acontecimentos, mas sim em instituições mortas e na busca de conceitos que falam de uma totalidade ideal”.²⁴

Humboldt asseverou que as idéias e a maneira como elas interpelam os homens através da tradição são a verdadeira força criadora da história, porque não somente o movimento realizar-se-ia ao efeito delas, mas também à sua influência delinear-se-iam a forma e o conteúdo deste mesmo movimento. Iggers destacou que tais idéias não deveriam ser entendidas no sentido platônico, como formas puras das quais poderíamos encontrar sua forma equivalente no mundo físico.

Entretanto, o devir histórico não é apenas impulsionado pelas idéias e pelos aspectos objetivos – tipo de solo e clima no qual se encontram um povo – mas os acontecimentos também podem emergir subitamente sem qualquer relação com os aspectos acima mencionados, como um milagre, fruto de “forças intuitivas e obscuras,

²⁴ Idem, p. 84.

visivelmente urdidas por idéias eternas, profundamente arraigadas no seio da humanidade”.²⁵ Afastando-se do aparente niilismo suscitado pela concepção da história como nada mais do que um amontoado de vontades e ações individuais, Humboldt acreditava que a história da humanidade obedecia, em alguma medida, a um mistério divino, um plano superior que não revelado integralmente aos homens.

Humboldt afirmava que esta força impedia o espírito de assumir uma forma única, permanentemente idêntica através dos tempos, pois o milagre instaurava o imprevisível na história, sua ocorrência trazia à tona o incalculável, aquilo que contrariava qualquer intenção de predizer o seu futuro.

Iggers afirmou que para Humboldt a história consistia na única fonte de conhecimento acerca do homem; contudo, como o homem é irracional e a história é o enredo de suas ações, ela deveria ser estudada sob uma perspectiva que considere sua irracionalidade e que a compreensão da história apenas seria efetivada quando o historiador tentasse fazer justiça à natureza irracional da história, bem como do homem. Portanto, ele mantém o desafio, afirmando que a tarefa do historiador deveria ser realizada pelo uso harmônico da observação racional e da imaginação poética.

A busca pelas especificidades da história motivou a pesquisa das fontes e documentos – herdeira do trabalho dos antiquários. O empirismo implícito nessa atitude diferenciava-se da filosofia da história da Ilustração, a crítica documental incentivada pela valorização do passado contrapunha-se radicalmente ao conhecimento historiográfico sistemático francês, como o *Tableau* de Condorcet. A busca pela individualidade e especificidade dos povos revelava uma preocupação com o que o homem poderia criar de singular; não apenas a diferença, mas, sobretudo, a originalidade era fundamental para o entendimento da história e do espírito humano.

Em sua tentativa de completar a revolução kantiana, produzindo uma crítica da razão histórica, Humboldt tentou estabelecer os limites e as obrigações do ofício do historiador. Alternando racionalismo e historicismo, ele afirmou que a coleta e o tratamento crítico das fontes é imprescindível ao estudioso de história; contudo enunciou que não há história sem o historiador, isto é, a história constitui-se da alma e da vida de seu narrador, em sua historicidade e imaginação.

²⁵ Idem, p. 81.

Humboldt comparou o historiador ao artista, que, mesmo sob a tarefa de imitar a natureza, imprime em seu trabalho o seu ânimo. A representação do real não consistia apenas em sua imitação, mas na re-apropriação das idéias que interpelam os homens ao longo do tempo. O caminhar das idéias e seu movimento de constante re-significação são o elemento responsável pelo devir histórico, afirmava Humboldt. Entretanto, sem deixar de reservar ao imprevisível um lugar primordial no fluxo histórico. Humboldt negava a possibilidade da previsão do futuro ou da certeza da regularidade da história. Todavia, consolidou a disciplina história como um saber legítimo através do reconhecimento da historicidade intrínseca a todas as coisas.